

## AS POSSIBILIDADES DO MUNDO AMAZÔNICO: TRABALHO, MIGRAÇÕES E REPRESENTAÇÕES (1852-1877)<sup>1</sup>

Antônio Alexandre Isidio Cardoso<sup>2</sup>

### Resumo

Compreender o fortalecimento da Amazônia como território atrativo no século XIX é o principal objetivo artigo. Questionar-se-á como a terra misteriosa, imã para naturalistas e caçadores de exotismos, foi se firmando também como área economicamente relevante no mundo capitalista, como grande fornecedora de matérias primas, numa zona atrativa que foi, paulatinamente, tornando-se destino de milhares de migrantes.

**Palavras-chave:** Amazônia – Trabalho – Migrações – Representações

### Abstract

Understanding the strengthening of the Amazon as an attractive territory in the nineteenth century is the main objective of this article. The focus of the discussion will address the process of change as experienced by the mysterious land of forests, area transformed into economically significant to the capitalist world, as major supplier of raw materials, gradually becoming destiny of thousands of migrants.

**Key- Words:** Amazon – Work – Migrations – Representations

Nesta província onde o protentoso(sic) Amazonas, com seus braços dilatados e infinitos, abrange uma superfície de 80 mil braças quadradas, há, além de rios caudalosos, os imensos lagos e canaes, cujas margens e praias extensíssimas guarnecem ilhas, terras baixas e montanhosas, e altas serranias, sobre as quais se achão densas matas e campinas férteis cheias e produções as mais excellentes. Se nos rios e lagos, nas praias e nas margens ha peixes e tartarugas de grande vulto e de sabor especial, em quantidade tal, que dão para o sustento de centenas de milhares de famílias íncolas; nas terras toda sorte de madeiras e produções tão variadas e expontaneas, que podem dar o necessário para os usos e gosos da vida à milhões de habitantes<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Artigo produzido com base nas pesquisas desenvolvidas no Mestrado em História Social da Universidade Federal do Ceará, que se ocupam do estudo do processo migratório de trabalhadores pobres livres da Província do Ceará rumo ao território amazônico no século XIX.

<sup>2</sup> Mestrando em História Social pela UFC. Contato: alexandricardoso@gmail.com

<sup>3</sup> Relatório de Presidente de Província do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, 1852. Disponível no sítio <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/59/000002.html>. Acessado em 19/10/2009.

A imensa floresta situada ao norte do Império brasileiro estava vivenciando na segunda metade do século XIX um drástico aprofundamento de sua exploração econômica. O Estado tinha pressa em acompanhar de perto o *rush* do devassamento dos rios e matas, que resguardavam as afamadas matérias primas, tão cobiçadas pela indústria internacional. Na tentativa de organizar os caminhos da exploração dos recursos da floresta foram tomadas algumas medidas de controle direcionadas ao avanço das atividades extrativistas, objetivando firmar a presença do Estado no gigantesco território. Foi criada em 1852 a Província do Amazonas, que passava a dividir com a Província do Pará a representatividade política naquelas paragens, fruto de alento aos poderes públicos preocupados com o *avanço civilizatório*.

Havia pressa em integrar o território da nova província às raias do desenvolvimento econômico do Império, e para tanto era necessário aproveitar o embalo gerado pela cobiça capitalista em torno das drogas da floresta, almejando promover a entrada de trabalhadores que *povoassem* os sertões verdes. O caráter panfletário da *falla* do presidente da Província João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha no ano de 1852 possibilita o exame de tais intenções, levando-se em conta que o Amazonas é qualificado como um território capaz de sustentar centenas de milhares de famílias com suas produções “variadas e espontaneas”. Fiando-se numa representação edênica da floresta, Tenreiro Aranha não faz alusão às dificuldades, aos possíveis problemas enfrentados no devassamento das matas, como se a Amazônia estivesse à espera dos seus conquistadores, adormecida num sono inculco, indígena, pronta para despertar e “dar o necessário para os usos e gosos da vida a milhões de habitantes”.

A floresta era representada como um *Eldorado*, uma espécie de paraíso terrestre que teria a satisfação em ser explorado por seus invasores, oferecendo suas riquezas gratuitamente, sem grandes sacrifícios. Destaca-se em tais imagens a ausência do conflito, como se o território amazônico nem fosse habitado por pessoas, incólume diante dos brios humanos, como uma fonte de riquezas recém descoberta, ainda intocada. Aos bem-aventurados que se lançassem rumo aos grandes rios, farejando comércio, oportunidades de negócios, restaria como resultado a bonança financeira, garantida pelos altos preços das drogas das matas puxadas pelo látex, à época, largamente utilizado na indústria.

As lendas das mulheres guerreiras, dos monstros que guardavam o fundo dos rios, dos animais encantados, foram perdendo espaço no arsenal de representações que

atravessavam as matas, passando a conviver com os adágios da mensagem capitalista, que clamava por sujeitos interessados em plantar suas sementes em meio à rica floresta. Este cenário ia paulatinamente sendo desenhado, no sentido de atrair, de chamar atenção para o mundo de possibilidades guardado no Norte amazônico.

Portanto, primeiramente é necessário entender como se estabelecia a comunicação do mundo amazônico com o restante do império, como foi possível a circulação de informações sobre a floresta e através de quais interesses. De olhos fitos no processo, faz-se necessário questionar os caminhos que levaram o território amazônico à categoria de zona atrativa no Império, assim como a estruturação dos seus mundos do trabalho.

No sentido de viabilizar um sistemático movimento de pessoas pela bacia, possibilitando o incremento de sua exploração, urgia um sistema de transporte eficaz que interligasse os principais portos do Brasil aos destinos amazônicos. Em sintonia com organização da nova província foi articulada em 1853 a Companhia de Navegação do Amazonas, empreendimento que passou a monopolizar o transporte fluvial na bacia, sob os auspícios de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, dando início oficialmente as atividades de transporte comercial de pessoas e mercadorias, interligando o interior amazônico às diversas praças do Império. A companhia começou “a operar com três navios pequenos, dos quais o *Marajó* gastava 22 dias na viagem Belém-Manaus-Belém, o que significava uma velocidade sete vezes maior que a das embarcações tradicionais”<sup>4</sup>. O signo da produção, da velocidade, passava a se articular na floresta, dando vazão, segundo Ferreira Reis, a uma “obra de desbravamento econômico, pelas oportunidades que se abriam a produção regional.”<sup>5</sup>

Dentro deste processo de aprofundamento da exploração econômica foi possível, por conseguinte, aprofundar também os conhecimentos existentes sobre os segredos da vasta planície, promovendo a intensificação de sua exploração. A viabilidade desse caminho dependia da ação de trabalhadores na Amazônia, de mão-de-obra que convertesse a riqueza da natureza em riqueza econômica. Assim, a floresta foi estabelecendo-se na segunda metade do século XIX, ao lado do sul cafeeiro, como zona de atração, como destino de trabalhadores migrantes.

---

<sup>4</sup> SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia**. 1800- 1920. São Paulo. Quatro, 1980. p.55

<sup>5</sup> REIS, Arthur César Ferreira. **O seringueiro e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953. p.30

Os passos direcionados ao *desbravamento* da floresta se apressaram com a abertura oficial de linhas de navegação, pois a prestação do serviço de transporte facilitava o conhecimento das potencialidades econômicas da floresta, alimentadas na medida em que as embarcações iam singrando novos rios e os interligando as praças de comércio, estabelecendo contato com outras fontes de produtos das matas. Contudo, a trajetória da implantação oficial dos serviços da Companhia de Navegação do Amazonas não se resumia ao simples trabalho com o transporte, pois no conjunto de seus acordos firmados com o Estado figurava a obrigatoriedade da implantação e sustentação de colônias de trabalhadores ao longo dos rios, que serviriam como espécies de entrepostos, como núcleos de povoamento.

Dessa maneira, é possível afirmar que os interesses econômicos estavam de mãos dadas com a idéia de promover a entrada de migrantes, ocupados em tais colônias na exploração agrícola e extrativista. Nesse caminho seguiu as obrigações iniciais da Companhia, cuja tarefa consistia em implantar colônias ao longo dos rios da bacia, obrigação que pesava sobre as despesas da empresa de Mauá, e que somente em 1858 foi finalizada. O Barão considerava a tarefa um pesado encargo, tanto que em seu relatório apresentado a assembléia geral de acionistas do empreendimento, no ano de 1858, discorreu sobre o assunto quase num tom de desabafo, sem deixar de salientar que apesar de ter sido ruim para a lucratividade da Companhia, não o foi para o desenvolvimento das Províncias do Amazonas e do Pará, beneficiadas com a implantação das colônias.

Exonerados do pesado encargo de colonizar as margens do Amazonas e de alguns de seus tributários, encargo que resultara para a companhia o enorme sacrifício de perto de 30:000\$000 que, embora improfícuo para a empresa, o não foi por certo para as duas províncias banhadas por aquele grande rio, pois que acarretou elle a introdução de mil trabalhadores robustos que vierão augmentar a sua população.(...)Grandes sacrifícios serão por certo necessários para attrahirmos a corrente de emigração de que carecemos.<sup>6</sup>

Com o comentário de Mauá é possível vislumbrar o projeto comum que estava em curso, no sentido de prover o território amazônico com “trabalhadores robustos”, pois apesar da insatisfação denotada com as enormes quantias gastas na implantação dos núcleos coloniais, o Barão não deixava de ressaltar o benefício que o empreendimento

---

<sup>6</sup> Grêmio Literário Português de Belém/PA, setor de periódicos. *Gazeta Oficial*, quinta-feira 27 de maio de 1858.

trazia para as províncias. Ao analisar estas ações se pode visualizar o compromisso do projeto de tornar a floresta um território atrativo, esforçando-se em aproximar a Amazônia do campo de possibilidades de trabalhadores que tivessem a probabilidade de rumar a outras terras.

A gravidade da questão pode ser lida inclusive a partir dos escritos dos que criticavam avidamente o empreendimento monopolista de Mauá, como no caso dos estrangeiros que reivindicavam a abertura da bacia à livre navegação de embarcações de qualquer bandeira. Essas referências podem ser analisadas através dos testemunhos do Tenente da Armada dos Estados Unidos, F. Maury, que após viajar em missão oficial pela América do Sul publicou seus escritos de viagem, onde podem ser encontradas reflexões sobre a importância da incorporação da floresta como área produtiva para o *mundo*, livre dos desmandos de qualquer empreitada monopolista, como no caso da Companhia de Navegação do Amazonas. O texto do militar norte americano foi organizado num folheto, onde condenava o protecionismo do governo imperial diante de uma área tão grande e de imensas potencialidades, que poderia abarcar a iniciativa de diversos países sem prejudicar os ganhos nacionais.

A acidez da crítica do militar só perdia vigor quando se referia à empreitada da colonização, posto que no seu entendimento a entrada de trabalhadores era um passo de imensa importância para transformar a selva num espaço de significativa relevância para a economia mundial.

É interessante notar a projeção que o assunto da colonização e abertura da bacia amazônica a livre navegação ganhava no Brasil, tomando como referencia o largo espaço dedicado ao assunto na imprensa. O jornal *Cearense*, por exemplo, publica os escritos completos de F. Maury em suas edições desde o dia 9 de dezembro de 1853 até 20 de outubro de 1854, ou seja, quase um ano de divulgação de notícias sobre a problemática amazônica na distante Província do Ceará. Os debates em torno da livre navegação de embarcações estrangeiras eram perpassados por comentários da própria folha, que evidenciava as vantagens que o engrandecimento do comércio proporcionaria àquele mundo de águas, que seria paulatinamente *conquistado* pelas forças de trabalhadores compromissados em desvendar seus segredos. Submeter a floresta a um exame minucioso por parte dos ímpetus econômicos era a peça chave da argumentação. Com esta iniciativa o jornal tomava posição ao abrir amplo espaço para os escritos de cunho liberal do norte

americano, reafirmando sua plataforma política, o que caracterizava de maneira geral a imprensa brasileira no século XIX, que respirava ares abertamente partidários, divididos, grosso modo, entre liberais e conservadores.

O tenente da armada americana F. Maury que por ordem de seu governo explorou o Amazonas e seus afluentes há tempos, publicou, regressando aos Estados Unidos, um folheto descrevendo e sustentando as imensas vantagens que podem resultar da livre navegação daquele rio, e revelando ao mesmo tempo as vistas políticas e comerciais do governo americano em relação a um objeto de tanta transcendência e de vital interesse para o Brasil.(...) Chamamos toda atenção dos nossos leitores para esse importante documento, cujo primeiro capítulo vai publicado hoje sobre a rubrica- Exterior.<sup>7</sup>

A veiculação das informações nas páginas do jornal não deve passar despercebida, levando em conta o compromisso da folha com o ideário liberal, e também pelas possibilidades de circulação dessas informações na Província do Ceará, que se tornou, no decorrer da segunda metade do século XIX, o território de origem da maioria dos migrantes que adentraram a bacia amazônica. Todavia, seria ingênuo afirmar que a ligação entre áreas tão distantes geograficamente foi articulada somente a partir do trabalho desenvolvido na imprensa, pois a questão apresenta um terreno de análise complexo, e que deverá ser analisado com mais acuidade.

Utilizando ainda os testemunhos de F. Maury como fonte, é possível entrever mais claramente as intenções que atravessavam tanto os argumentos estrangeiros como os do Império, no que diz respeito à subjugação do território *inculto* a partir do avanço da exploração econômica e do trabalho. As possibilidades estavam postas em função da atribuição de um *vazio* ao território amazônico, como se não houvesse incursões humanas satisfatórias, tendo em conta que as matas estavam em sua maior parcela nas mãos de povos indígenas, que teriam, assim como os rios e matas, de ser incluídos no processo de incorporação ao mundo *civilizado*. Com isso, o militar não perdia de vista que para efetivar tal intento seria necessário submeter o território a *cultura*:

O paiz regado pelo Amazonas, uma vez desincado (sic) dos selvagens e animais ferozes, e sujeito a cultura, seria capaz de sustentar com os seus productos, a população inteira do mundo. (...) O espírito do século

---

<sup>7</sup> BPMP, setor de microfilmagem. *Cearense*, sexta-feira 09 de dezembro de 1853. Rolo nº94C, dos números 491 a 692.

animado por empresas particulares, procura todos os dias novos campos para seus pacíficos triunfos, mas em nenhum ponto do globo pode effectuar maravilhosos resultados iguaes àqueles que hão de assignalar os seus passos, percorrendo o Amazonas e outros grandes rios das encostas atlânticas da América meridional.<sup>8</sup>

A preocupação com a selvageria enquadra no mesmo nível a fauna e as populações indígenas, que não eram adequadas ao conceito de cultura a que F. Maury se referia. Os índios eram classificados como parte da natureza selvagem que devia ser *enfrentada*, sujeitada à *cultura*, ao avanço civilizatório portador do “espírito do século”, que se realizado plenamente traria à floresta os louros de uma enorme produtividade, capaz de sustentar a população inteira do mundo. Nesses termos, apesar do longo período de catequese, aliada a arregimentação violenta de comunidades indígenas para o trabalho, pode-se vislumbrar que na segunda metade do século XIX havia uma preferência pelo trabalhador não indígena, que fosse experimentado na labuta sistemática, entendido dentro da idéia de *livre iniciativa*.

Costurava-se, portanto, um ideal de trabalhador, que deveria servir como mola mestra do desenvolvimento das atividades produtivas nas províncias amazônicas. Esta preocupação ia além da desconfiança ou mesmo desqualificação dos indígenas enquanto potenciais trabalhadores, pois ao analisar as regras que deviam ser obedecidas no transporte até as colônias, contidas no decreto n. 2168 de 1º de maio de 1858, organizado pelo Marques de Olinda, fica patente que os emigrantes teriam de estar em boas condições de saúde e aptos para a faina. Publicado na Gazeta Oficial da Província do Pará em 30 de setembro do mesmo ano, o regulamento tratava de questões que iam desde a lotação das embarcações, condições sanitárias, alimentação, até a preocupação com o *tipo* de migrante transportado, isto porque no capítulo I do decreto, mais especificamente em seu sexto artigo, há uma enumeração de características que podiam vetar a entrada de certas pessoas nas embarcações, inclusive prevendo sanções a quem desobedecesse.

Art. 6º Fica proibido aos navios de emigrantes transportar loucos, idiotas, surdos, mudos, cegos e entevados, se não forem acompanhados por parentes ou indivíduos que se mostrem em estado de prover a subsistência daquelles, e que se comprometão a prestar-lhes soccorros, de

---

<sup>8</sup> BPMP, setor de microfilmagem. *Cearense*, sexta-feira 09 de dezembro de 1853. Rolo nº94C, dos números 491 a 692.

que carecerem. O Capitão, que infringir as disposições deste artigo, sofrerá a multa do dobro do preço da passagem.<sup>9</sup>

O entendimento da interdição passa pela atenção a capacidade de trabalho do emigrante, que deveria arcar com sua própria sobrevivência e contribuir com o avanço da exploração de rios e matas. Os encargos com pessoas possivelmente inaptas ao trabalho eram sumariamente descartados pelo Estado, que tinha interesse não somente num aumento populacional do interior amazônico, mas no seu crescimento demográfico acompanhado de uma ascensão da capacidade produtiva.

A Gazeta Oficial do Pará no ano de 1858 publicou vários textos que refletiam sobre a problemática da emigração. Além dos boletins oficiais, listas de passageiros embarcados e desembarcados no porto de Belém, tabelas com os valores cobrados aos trabalhadores ambulantes, arrecadação da alfândega, trânsito de mercadorias no porto, também eram veiculados alguns informativos sobre viagens que os correspondentes do periódico faziam ao interior da província, quando geralmente visitavam colônias.

Numa dessas ocasiões foi vistoriada a Colônia de Nossa Senhora do Ó, localizada na Ilha das Onças, distante poucos quilômetros de Belém. No relato produzido a partir dessa visita é possível perceber certo descontentamento do representante da folha com a maciça presença de cearenses, que apesar das boas condições da colônia (ótima localização, possibilidade dos transportes, terras fecundas) não eram trabalhadores compromissados com a prosperidade geral.

Fecundidade das terras, proximidade de um grande mercado, e fácil meio de transporte, são circunstâncias que poucas vezes se encontram reunidas, e que tornão o local desta colonia um dos melhores da província. Porém o empresário ahi lançou colonos do paiz, *pela mor parte do Ceará*, de poucas necessidades, e por isso mesmo talvez não activos nem perseverantes no trabalho. (...) Com taes elementos o progresso era impossível.<sup>10</sup>

Quais seriam essas poucas necessidades? Por que a referência aos colonos do Ceará como “não activos nem perseverantes no trabalho”? Refletir sobre essas questões pode revelar o quão complicado era o projeto de colonização das terras amazônicas. A

<sup>9</sup> Grêmio Literário Português de Belém/PA, setor de periódicos. *Gazeta Oficial*, quinta-feira 30 de setembro de 1858.

<sup>10</sup> GLP de Belém/PA, setor de periódicos. *Gazeta Oficial*, quinta-feira 20 de maio de 1858.



partir do relato se pode pensar na origem dos poucos encargos que tinham os cearenses tendo em vista a sua situação privilegiada, pois como ressalta o autor, havia uma reunião de boas condições que poderiam facilitar o trabalho. No entanto, seguindo o mesmo raciocínio, as qualidades que classificavam a colônia na posição de uma das melhores da província, também tornavam seus habitantes debilmente afeitos à faina, dedicando-se pouco, ou aquém do necessário para a manutenção do *progresso*. Essa problemática se aproxima bastante dos motivos nos quais se baseavam os que consideravam os indígenas *incultos*, despreocupados com qualquer acumulação de bens materiais por viver em meio à opulência da floresta, fiando-se nos chamados *produtos espontâneos*.

Na passagem dos anos 1850 para os de 1860 o eco dessas insatisfações ganhou maior amplitude nas províncias amazônicas, na medida em que foi sendo condenado com veemência o trabalho baseado na obtenção dos *produtos espontâneos*, considerado como prática que viciava a população na *indolência*. Na tentativa de combater a escalada ascendente do extrativismo, tido como fonte dos problemas, optou-se pelo incentivo à produção agrícola nas colônias, entendida como atividade primordial para a organização da produção em bases adequadas ao progresso almejado. Entretanto, estava acontecendo justamente o contrário, levando-se em conta que significativa parcela dos colonos estava largando as terras nas quais haviam sido fixados em busca de locais ricos nos tais *produtos espontâneos*, puxados grandemente pelo látex. A corrida rumo aos seringais ganhava fôlego ao passo que, em contrapartida, eram elaboradas ações estatais interessadas em socorrer as colônias que paulatinamente sofriam um processo de esvaziamento. Nesse momento é possível visualizar um descompasso entre as políticas públicas e os interesses econômicos, que até então tinham vivido um casamento sem grandes atribulações.

O escasseamento de gêneros alimentícios e seu encarecimento, os abandonos de antigos entrepostos comerciais, povoados e colônias ao longo dos rios, conseqüência da *febre extrativa* era condenada intensamente pelos discursos oficiais. Analisando estes fatores pode-se afirmar que o Estado estava priorizando a organização de um regime de trabalho que se distanciava do extrativismo, elogiando os benefícios das atividades sedentárias. As atitudes políticas remavam contra a corrente do *boom gomífero*, alimentando ações que privilegiavam a agricultura e a luta pela fixação do trabalhador à terra, numa tentativa de equilibrar a localização de braços na região, posto que estes se concentravam rapidamente no ofício extrativo dos seringais. Nessa perspectiva, era

estigmatizado o regime de trabalho voltado à extração do látex, como é perceptível na *falla* de Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Presidente da Província do Amazonas, em 1864:

A irresistível tendência da população a empregar-se de preferencia na colheita de productos que a natureza esponeamente offerece, é um mal, cujas funestas conseqüências muitos começam felizmente a reconhecer: como sejam a falta dos gêneros alimentícios, o abandono dos povoados, a disseminação dos habitantes, o estrago das florestas, as moléstias, a miséria geral; sem fallar na perda do ensino, e perversão dos costumes, e em tudo mais que resulta dos hábitos da vida nômade (...) A questão magna, como vedes, questão a que todas as outras se prendem, não é outra na actualidade: consiste no abandono da indústria extractiva, origem principal de todos os males, que affligem a província, desde a pobreza de seus habitantes até o seu quase geral embrutecimento (...) Isto fere os olhos de quem percorre o interior destes rios. (...) Tudo ali jaz desaproveitado, porque ali a população não se fixa em parte alguma; move-se constantemente para todos os lados, em busca sempre de novos seringaes, que serão a seu turno desprezados, quando começarem a escassear.<sup>11</sup>

A motivação dessa argumentação está na cautela que os poderes públicos tinham para com o acelerado aumento da produção gomífera, percebida como uma “irresistível tendência” que motivava muitos trabalhadores a abandonarem ou relegarem a segundo plano suas atividades anteriores. Essa concentração de força de trabalho na extração de látex foi um dos fatores que modelaram as feições do chamado *primeiro surto da borracha*, tratado como um problema pelos poderes públicos amazônicos em virtude da crescente absorção da maior parte das “indústrias” e “profissões” do Pará e Amazonas, que desviavam braços e denegriam a produção agrícola. A “origem principal de todos os males”, contudo, figurava como fator responsável pela escalada da Amazônia enquanto um dos focos de atração da economia mundial, vivificado pela indústria extrativa capitaneada pela produção gomífera. Então, é interessante perceber que em detrimento dos esforços do Estado a exploração da borracha só aumentou durante todo o século XIX, edificando uma rede produtiva que atuava em várias esferas no Brasil e internacionalmente.

---

<sup>11</sup> Relatório do Presidente de Província do Amazonas Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1864. Disponível no sítio: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/73/000042.html>. Acessado em 21/10/2009.

### QUANTIDADE DE BORRACHA EXPORTADA - 1825/1860.

Ano	Toneladas	Ano	Toneladas
1825	93	1844-1845	367
1830	156	1849-1850	879
1834-1835	175	1854-1855	2.868
1839-1840	418	1859-1860	2.531

Fonte: Exceto para o ano de 1825, Série Retrospectiva do Anuário Estatístico do Brasil, 1939-40. Obs.- A estatística organizada por Palma Muniz, em *Immigrações e Colonização – História e Estatística – 1616/1916*, difere dos números acima, ora para mais, ora para menos. Mas as divergências não dizem respeito ao comportamento geral da série.<sup>12</sup>

Pode-se afirmar que mesmo posicionadas contra o ofício extrativo as ações do Estado não interromperam seu alargamento, e também não interferiram diretamente no desenvolvimento dos formatos tomados pelo regime de trabalho altamente coercitivo que foi se desenhando nos seringais. O fortalecimento do regime de trabalho vinculado majoritariamente à extração do látex teve sua sustentabilidade associada a uma rede de intermediários que dedicaram seus esforços e capitais na produção e comercialização da borracha. Esta rede sobrevivia com base no regime de *aviamento*, já conhecido e praticado na região amazônica antes do *primeiro surto da borracha*.

O *aviamento* significava uma prática econômica baseada no endividamento ou crédito que mantinha a cadeia de produtores das “drogas do sertão amazônico”, *aviando-os*, ou seja, fornecendo-os alimentos, armas, roupas, dentre outros gêneros, em troca dos produtos conseguidos na floresta. Esse tipo de modalidade econômica sobrevivia a partir da troca de mantimentos e mercadorias por matéria prima, que relacionava os centros urbanos (que sediavam as casas de importação e exportação) com os mais recônditos lugares das matas. Com o fortalecimento das exportações da borracha as configurações do *aviamento* foram tomando outros graus de complexidade, embora permanecesse com sua lógica de intermediação entre produtores e comerciantes.

A entrada de agentes econômicos estrangeiros interessados no látex foi promovida com vigor a partir da abertura da bacia a embarcações e empreendimentos de outros países (após longos anos de discussão), ocorrido em 1867, dando maior fôlego a circulação de produtos importados na Amazônia. Ao fixarem-se no território, estes agentes geralmente abriam casas comerciais relacionadas tanto a importação quanto a exportação,

<sup>12</sup> SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia*. 1800- 1920. São Paulo. Queiroz, 1980.p.52

adaptando-se as características da *aviação*, trazendo mercadorias importadas em vistas de empreender a comercialização ou troca por borracha.

A partir desses elementos foi dado um impulso a exploração dos seringais, tendo em vista o aumento da procura da borracha e sua conseqüente valorização, que motivou, de resto, uma maior presença de mercadorias importadas. É importante salientar que os formatos do sistema de aviamento aqui estudados se aplicam ao período em que o comércio gomífero estava em processo de expansão, porém num momento ainda muito distante do seu ápice, registrado no final do século XIX e primeiros anos do XX, quando vários outros elementos entraram no bojo do surto gomífero, dando outras feições a sua organização econômica.

A extração do látex se tornou a principal atividade econômica da floresta, empreendida por uma quantidade crescente de trabalhadores, a maioria migrante, que para alcançar os seringais produtivos se entrelaçavam com o sistema de aviamento. Rapidamente os locais de extração mais próximos aos centros de comercialização foram sendo esgotados, forçando empreendimentos cada vez mais distantes. Os mundos do trabalho na floresta experimentavam uma organização produtiva altamente coercitiva, que lucrava com o endividamento dos trabalhadores, estes filhos de terras distantes, como no caso dos cearenses.